

FHC ATACA ÁREA SOCIAL

136

Pacote vai propor medidas para unificar ação dos ministérios e provar que o governo não está parado

José Negreiros
Do equipe do Correio

Na próxima segunda-feira, dia 6, o presidente Fernando Henrique Cardoso, fará uma reunião com todos os ministros da área social (Educação, Saúde, Trabalho, Previdência, Agricultura, Planejamento e Reforma Agrária).

Anunciará um pacote de medidas destinadas a incrementar o nível de emprego, melhorar a prestação de serviços básicos à população e acelerar a reforma agrária.

O presidente estabelecerá metas

para cada ministério, divulgará um documento com propostas de todas as áreas envolvidas e demonstrará que o governo não está parado. O problema é que, até aqui, cada ministério vem atuando na área social isoladamente, dando idéia de que no conjunto nada se faz.

“Os gastos com educação aumentaram 30% este ano. A saúde está ficando com 65% das despesas correntes”, constatou o presidente durante reunião com assessores mais próximos esta semana. O País não tem conhecimento disso, lamentou ele, e muita gente exige de Fernando Hen-

rique uma ação espetacular diante da TV. Ele preferiu a reunião ministerial.

DESPERDÍCIO

O presidente costuma dizer a políticos que reclamam da falta de uma política social consistente que o governo pode até gastar mal, mas não gasta tão pouco assim com programas na área social.

Este ano serão aplicados US\$ 90 bilhões se forem somados recursos de todas as fontes: Tesouro, Previdência, estados e municípios. Apenas o governo federal aplicou 12% do PIB de US\$ 600 bilhões na área social no ano passado. Outros 8% vieram daqueles demais setores.

Para o presidente, só aparece o que o ministro Paulo Renato está fazendo na Educação, mas em Habitação e Saneamento, setores que ficaram pa-

rados longo período, os programas foram retomados. Em silêncio. Na Saúde, aplica-se US\$ 650 bilhões por mês, mas só ganham manchete os escândalos de mau uso do dinheiro público.

CRESCIMENTO

Fonte do Palácio do Planalto diz que é preciso mudar a estrutura do gasto, de forma a que camadas de menor renda da população sejam beneficiadas, ao contrário do que acontece hoje. Outro esforço do governo será destinado a acelerar programas que tenham maior impacto sobre o nível de emprego.

Ontem, o presidente consultou o noticiário que chega a seu gabinete por intermédio de computadores. A produção da indústria e as vendas aumentaram 8% este mês, permitindo projetar maior absorção de mão

de obra daqui para a frente, concluiu ele.

“A oposição critica, mas não tem alternativa, não tem proposta”, queixa-se Fernando Henrique na intimidade quando percebe que a imprensa multiplica a repercussão de fatos como a chacina do Pará. “Com o fim da inflação, muitas camadas da população estão sendo atendidas. Não fosse isso a questão agrária não estaria dominando sozinha o noticiário”, completa um de seus assessores.

REFORMAS

Recente pesquisa do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) revelou ao presidente que 75% da população brasileira melhorou de vida após o Plano Real, mas o dado ficou no fundo da gaveta de um técnico.

Diante dessa estatística, ele teve a

mesma decepção que experimentou quando no governo Itamar Franco se chegou à conclusão de que 32 milhões de pessoas passavam fome no Brasil. “Examinando melhor os números chegou-se à conclusão que são apenas 16 milhões”, comentou ele com um político.

Fernando Henrique tem lançado mão desses dados em reuniões internas e com lideranças políticas para defender a aceleração das reformas, que na opinião dele são a forma mais eficiente de alterar uma estrutura de distribuição de renda na qual os segmentos mais privilegiados da população se apoderam do dinheiro que no papel era destinado aos carentes.

Esbarra na reação conservadora do Congresso, que obriga negociar ainda mais para aprovar essas reformas.